

---

## Conjugalidade e contextos de escolarização: Os diplomados universitários\*

*Manuela Gonçalves*

### **Abstract:**

*In this paper, we intend to study some aspects of the conjugality practices experienced by a group of college graduates. Therefore, we present a set of data obtained through a survey applied to 352 graduates of Universidade de Aveiro.*

### **1. Enquadramento**

Nas últimas décadas do século XX, os sistemas familiares das sociedades ocidentais registaram rupturas com os modelos do passado, muito particularmente no que se refere ao fenómeno do casamento. Não apenas este se consoma cada vez mais tarde no ciclo de vida dos homens e das mulheres, como ainda se regista a sua dissolução para um número crescente de casais, originando o aumento de famílias unipessoais, monoparentais ou reconstruídas. Por outro lado, o aumento das uniões de facto tende a atenuar a imagem do casamento enquanto “rito de passagem” à vida adulta. Parece traçar-se um cenário em que a família deixa de poder ser entendida nos moldes em que a sociedade ocidental moderna a fundou, justificando-se a adopção do conceito de conjugalidade, mais abrangente e adaptado às novas realidades do que o de casamento.

Na origem de tais rupturas surgem e interactuam, sem dúvida, variados acontecimentos, factores e transformações sociais, entre os quais o tendencial prolongamento da escolarização que as sociedades industriais e urbanas viram emergir, acentuado nas sociedades pós-industriais, as alterações registadas no mercado de trabalho (no sentido de mais desemprego e precariedade, mesmo entre os jovens mais qualificados) e as dinâmicas da emancipação feminina, que projectam a mulher para fora do lar e põem em causa a visão parsoniana da família.

À semelhança de outros países ocidentais, Portugal também foi palco de tais rupturas. Comparando os anos de 1970 e de 2001, assinala-se (Leite, 2003): a queda da taxa de nupcialidade (de 9,4 por mil para 5,7 por mil); o avanço da idade média ao primeiro casamento (de 26,6 para os homens e de 24,3 para as mulheres, para 27,8 e 26,1, respectivamente); o aumento dos casamentos civis (de 13,4% para 37,5%); o aumento dos divórcios (de 0,1 por mil para 1,8 por mil). Quanto às uniões de facto (casamentos sem registo, para adoptar a terminologia dos Censos 2001), subiram de 2% em 1991 para 3,7% em 2001.

Nesta comunicação, decidimos centrar-nos na análise das práticas de conjugalidade dos diplomados porque constituem uma dimensão importante da sua passagem à “condição adulta”<sup>1</sup> e, portanto, um dos momentos-chave das suas trajectórias. Para tal, equacionamos inicialmente o estado civil dos diplomados, analisando-o em função de variáveis como a idade ou a área de formação, centrando-nos depois numa caracterização de vários aspectos do casamento. A intenção é a de levantar alguns dados exploratórios que possam sugerir qual o padrão das

---

\* Esta comunicação resulta do trabalho que tem vindo a ser desenvolvido no âmbito da nossa tese de doutoramento, intitulada “Educação, Trabalho e Família: construção das trajectórias socioprofissionais de diplomados universitários” e realizada, sob orientação do Professor Doutor António Maria Martins, no Departamento de Ciências da Educação da Universidade de Aveiro.

<sup>1</sup> A problemática da juventude e da transição para a “condição adulta” nas sociedades contemporâneas não é consensual. Mauger (1998), por exemplo, considera ser tanto mais difícil definir onde “termina” a juventude quanto determinar o que é uma posição estável no mercado de trabalho ou delimitar a noção de unidade familiar estável, colocando de certa forma em causa as tradicionais balizas utilizadas para a análise dessa passagem.

práticas dos indivíduos – tradicional?/não tradicional? – e suscitar discussão e aprofundamento futuros.

Partimos das teorias da individualização (Beck, 1992, 1994; Giddens, 1991, 1994; Bauman, 2001) como suporte conceptual à análise, na perspectiva de que, globalmente, as sociedades actuais enfrentam uma mutação das ideias, atitudes e comportamentos, pautada pela prioridade atribuída ao bem-estar individual e à autodeterminação, nas variadas dimensões que integram a vida: profissional, afectiva... No que toca à família, tal cenário será marcado pela ascensão do valor do indivíduo, pela secularização e pelo afrouxamento dos constrangimentos institucionais, como o casamento, sobre a acção individual. Neste enquadramento, os percursos individuais de vida serão o resultado de uma acção reflexiva dos actores sociais sobre as suas próprias possibilidades e alternativas e não tanto o fruto da pressão exercida pelos grupos de pertença, nomeadamente a família de origem, para a adesão a determinadas regras de comportamento. Assim, "...o indivíduo tem de produzir, ensaiar e agregar por si próprio a sua biografia" (Beck, 1994: 13) e esta "individualização irresistível" (Bauman, 2001) reveste a forma de vidas episódicas, fragmentadas, na busca de aquilo que dá significado à vida. E, em contextos sociais caracterizados pela pluralidade de alternativas, a negociação da melhor opção é feita por referência à necessidade de "ser-se verdadeiro consigo próprio" (Giddens, 1991).

## **2. Análise exploratória**

### **2.1. Breve apontamento metodológico**

O trabalho de que agora se apresentam alguns resultados utilizou o inquérito por questionário como principal técnica de recolha da informação, recorrendo ainda, secundariamente, à realização entrevistas semi-directivas, cujo tratamento (análise de conteúdo) está a decorrer. Por esta razão, não nos é possível, por enquanto, enriquecer a análise estatística dos dados obtidos através do inquérito com elementos mais reveladores da subjectividade dos agentes.

A amostra do nosso estudo é constituída por 352 indivíduos, diplomados pela Universidade de Aveiro entre os anos lectivos de 1995/96 e 2000/2001, caracterizando-se, em linhas muito gerais, da seguinte forma:

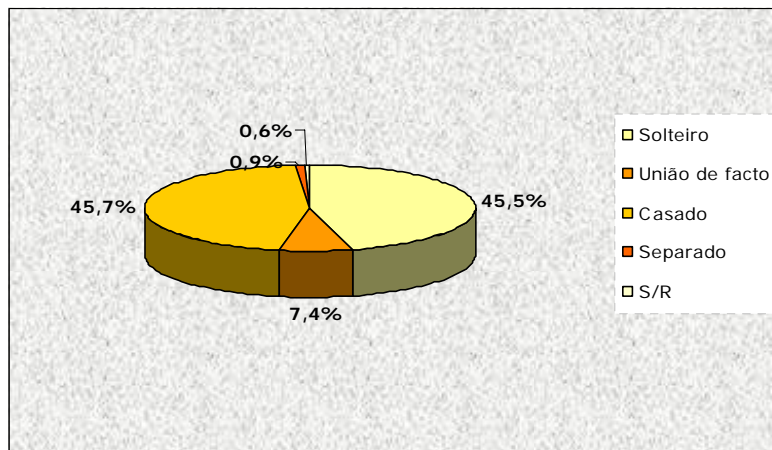
- 71% dos sujeitos são do sexo feminino e 29% do sexo masculino;
- O intervalo de idades situa-se entre os 24 e os 47 anos, sendo a idade média de 28,8 anos;
- A amostra compreende diplomados nos variados cursos da Universidade de Aveiro, que agregamos em 5 áreas: Ensino I, com 9,1% dos diplomados (cursos de bacharelato e de licenciatura em Educação de Infância e Ensino do 1º Ciclo do Ensino Básico); Ensino II, com 31,5% dos diplomados (licenciaturas em Ensino do 2º, 3º Ciclos e Ensino Secundário); Ciências, com 16,8% dos diplomados (licenciaturas em Biologia, Matemática Aplicada, Física e Química); Engenharias, com 27,1% dos diplomados; Gestão, Planeamento e Comunicação, com 16,5% dos diplomados (licenciaturas em Gestão e Planeamento em Turismo, Novas Tecnologias da Comunicação e Planeamento Regional e Urbano).

### **2.2. Situação familiar geral dos diplomados**

A observação do gráfico 1 suscita, desde logo, duas constatações:

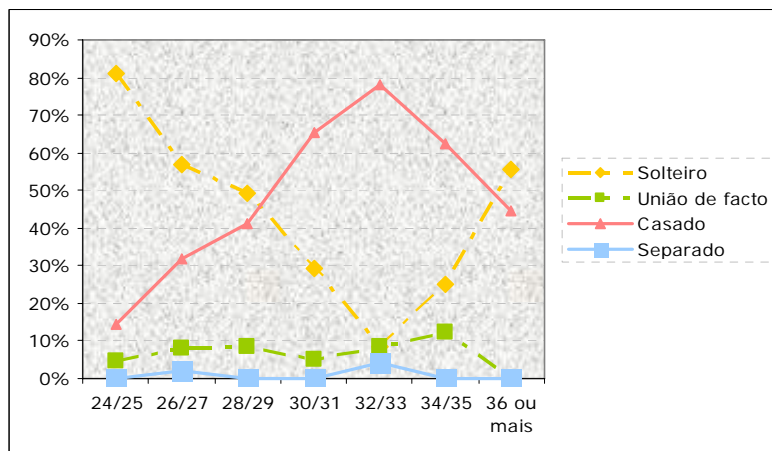
- Existe uma distribuição muito semelhante dos inquiridos pelas situações de casado e de solteiro;
- É reduzida a proporção de indivíduos vivendo em união de facto (e ainda mais a de separados ou divorciados).

**Gráfico 1. Estado civil actual dos inquiridos**



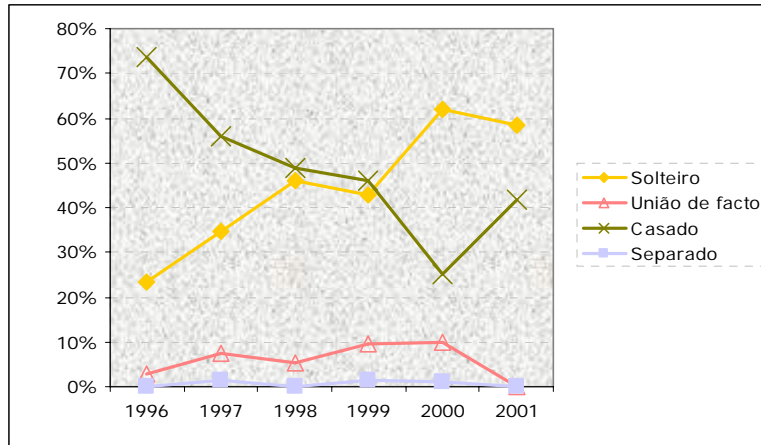
Comentando a primeira constatação, poderemos atribuir esta situação à heterogeneidade etária da amostra. De facto, quando observamos a distribuição dos indivíduos pelos diversos estados civis em função da idade (cf. Gráfico 2), notamos que os solteiros predominam nos escalões etários mais baixos, diminuindo progressivamente até aos 32/33 anos, contrariamente ao que sucede com os casados, cuja representatividade aumenta de escalão para escalão até atingir o seu máximo precisamente no escalão dos 32/33 anos.

**Gráfico 2. Estado civil segundo a idade**



Mas, não deixa de ser interessante o facto da curva dos indivíduos casados cair quase abruptamente a partir dessa idade, principalmente por não parecer tratar-se de um efeito nem da dissolução dos casamentos, nem de um aumento das uniões de facto, mas sim da representatividade novamente ganha pelos solteiros. Talvez o gráfico 3 possa esclarecer, em parte, tal facto, ao mostrar-nos uma relação clara entre estado civil e antiguidade na posse do diploma, com os diplomados mais “antigos” a apresentar predominantemente a situação de “casado”, e com a situação de “solteiro” a caracterizar os diplomados mais recentes. Significa isto que os indivíduos mais velhos da nossa amostra não são necessariamente aqueles que se diplomaram há mais tempo e, portanto, aqueles que estarão inseridos de forma mais segura no mercado de trabalho e, conseqüentemente com mais condições reunidas para firmar laços de conjugalidade.

**Gráfico 3. Estado civil segundo o ano de conclusão do curso**



Relativamente ao facto de, no conjunto da população analisada, a proporção de indivíduos vivendo em união de facto (e ainda mais a de separados ou divorciados) ser bastante menor do que a de casados e de solteiros, é necessário ter alguns cuidados para evitar algum simplismo na análise. Por um lado, sendo certo que tínhamos alguma expectativa de que os resultados demonstrassem mais veementemente padrões de conjugalidade não tradicionais, não é menos certo que a percentagem apurada neste estudo é nitidamente superior à percentagem de casais portugueses que vivem em união de facto. Por outro lado, os diplomados apresentam diferenciações internas com interesse, não tanto no que diz respeito às variáveis idade (ainda que se note uma proporção ligeiramente maior de uniões de facto nos indivíduos com 34 e 35 anos, cf. Gráfico 2), ano de conclusão do curso (cf. Gráfico 3) ou sexo (cf. Gráfico 4), mas naquilo que se refere à área de formação (cf. Gráfico 5).

**Gráfico 4. Estado civil segundo o sexo**

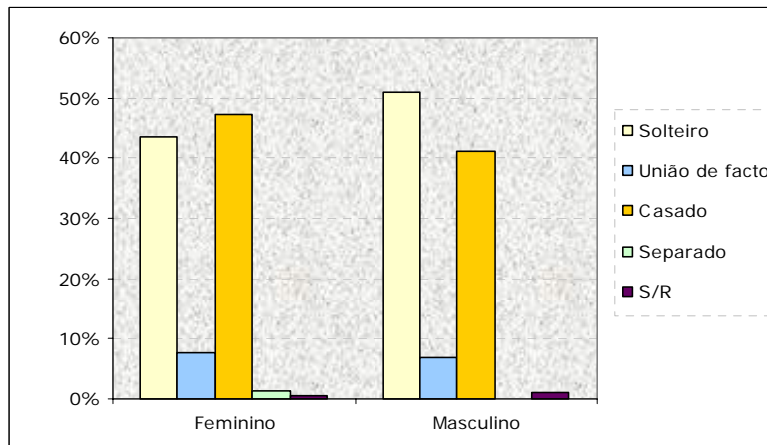
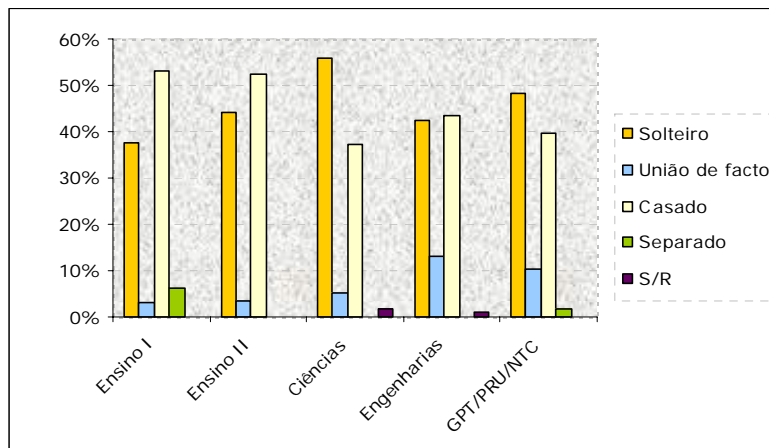


Gráfico 5. Estado civil segundo a área de formação



O que nos parece é que existe um padrão tradicional de entrada na conjugalidade por parte dos diplomados das duas áreas de Ensino – dada a predominância dos casados sobre os solteiros e as baixas percentagens de indivíduos vivendo em união de facto – e uma quebra de tal padrão nas restantes áreas, em função das elevadas percentagens de indivíduos solteiros (Ciências e Gestão, Planeamento, Comunicação) e da maior representatividade das uniões de facto (Engenharias e Gestão, Planeamento, Comunicação). Existem sem dúvida outras variáveis, que aqui não estamos a equacionar, com importância para uma explicação cabal destes dados, nomeadamente as que se referem ao tipo de inserção profissional experimentada pelos sujeitos e ao seu universo de representações sobre a família e o casamento, largamente determinado pelas suas origens sociais e culturais. Avançamos provisoriamente a convicção de que é principalmente neste segundo aspecto que residirão as diferenças que marcam algumas clivagens nos diplomados da nossa amostra, já que as dificuldades de inserção profissional, por si só, não constituem um factor explicativo suficientemente forte: é bem conhecida a insegurança inicial da carreira docente, o que não parece impedir os professores aqui inquiridos de casar! Acrescente-se ainda que temos dados (não apresentados nesta comunicação) que indicam que, na amostra estudada, o contrato a termo, bom indicador de uma inserção profissional mais frágil ou instável, não é aquele que predomina entre os diplomados de Engenharia ou de Gestão, Planeamento, Comunicação, não obstante ser nestas duas áreas que a proporção de uniões de facto é mais elevada. Parece-nos, portanto, que as perspectivas e atitudes sobre o casamento e a família terão um impacto mais efectivo sobre as práticas do que constrangimentos mais objectivos. De qualquer forma, não é possível ignorar que os cursos de Ensino foram concluídos por uma maioria de mulheres, que eventualmente poderão não ter sentido as dificuldades de inserção profissional como um impedimento ao casamento em virtude do cônjuge ter já o seu percurso profissional estabilizado – mas, novamente, o problema volta a colocar-se no terreno das representações, já que, a confirmar-se, este modelo pressupõe a aceitação de uma perspectiva tradicional da família, assente na figura do homem como “ganha-pão” principal e em que a importância da carreira profissional da mulher é secundarizada.

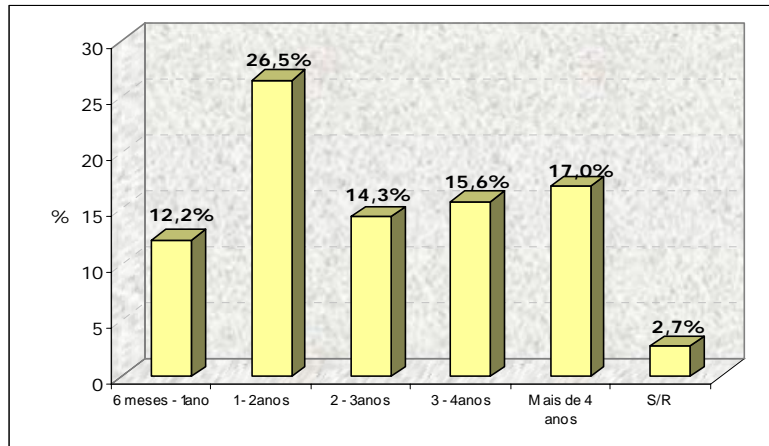
Estas afirmações necessitam, obviamente, de um suporte que apenas uma análise mais aprofundada e cruzada dos dados poderá fornecer.

Pareceu-nos interessante apresentar ainda alguns resultados de caracterização do casamento dos diplomados. E aqui, como iremos ver, predominam nitidamente as perspectivas tradicionais.

## 2.2. Os diplomados e o casamento

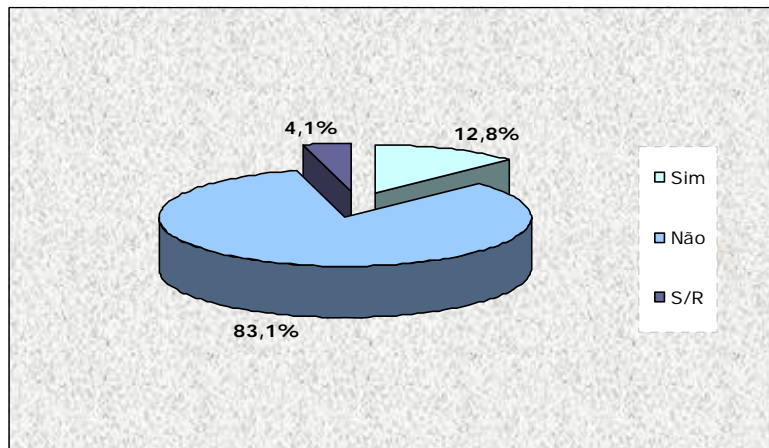
Começamos pela análise do tempo decorrido entre a conclusão do curso e o casamento (cf. Gráfico 6). Neste âmbito, nota-se que a inserção familiar não é de maneira alguma automática e nem sequer muito rápida: ainda que pouco mais de ¼ dos indivíduos casem entre 1 e 2 anos depois de terminarem o curso, mais de 45% casam passados mais de 2 anos depois de concluírem a sua formação inicial.

**Gráfico 6. Tempo decorrido entre a conclusão do curso e o casamento**



Este hiato temporal justificar-se-á novamente através da instabilidade inicial das trajectórias profissionais dos diplomados, que os impede de reunirem as condições financeiras indispensáveis para casar, embora o desejem? Ou significa que, depois de obter o diploma, se inicia a procura de definição de um percurso pessoal, incluindo este a afirmação profissional e a busca de uma estabilidade afectiva que não tem de ser necessariamente feita através do casamento? A tendência para o retardamento da idade ao casamento, identificada em Portugal, como por todas as sociedades ocidentalizadas, vê-se aqui confirmada, mas o significado de tal facto não nos parece ser o mesmo para os nossos inquiridos relativamente aos jovens do centro e do norte da Europa. Para estes últimos, adiar o casamento não é sinónimo de adiar a conjugalidade, bem pelo contrário: muitos jovens vivem juntos antes de casar, numa perspectiva de experimentação, de “teste” ao relacionamento amoroso.

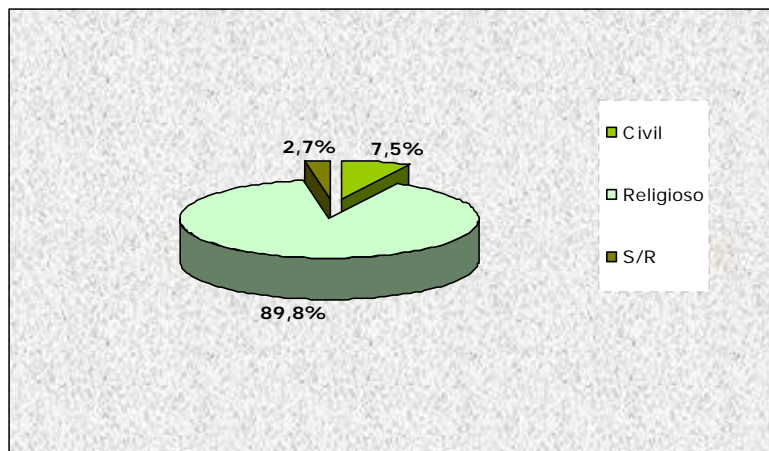
**Gráfico 7. União de facto antes do casamento**



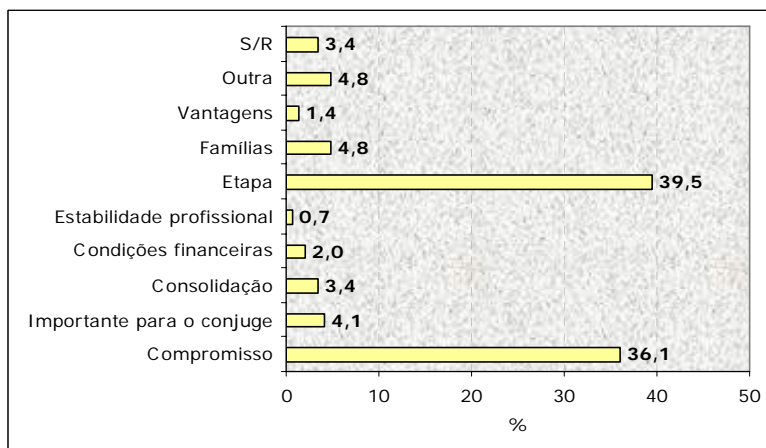
Ora, esse “casamento à experiência” não acontece nos jovens da nossa amostra: a larga maioria não viveu em união de facto antes de casar (cf. Gráfico 7), o que parece indicar que o período temporal crescente entre a conclusão dos estudos fica efectivamente a dever-se aos constrangimentos da inserção profissional, num quadro de representações tradicionais sobre a conjugalidade (“sair de casa dos pais para casar”). Toda a análise que se segue vem reforçar este padrão tradicional de entrada na conjugalidade.

De facto, não só o tipo de casamento predominante é o casamento religioso (cf. Gráfico 8), numa percentagem até mais elevada do que a percentagem nacional, como o motivo para “a opção pelo casamento como forma de viver a dois” reunindo mais respostas é a convicção de que “depois de namorar, o casamento é etapa que naturalmente se segue” (39,5%), seguida da ideia de que “o casamento é a forma de um relacionamento atingir o grau máximo de compromisso” (36,1%) (cf. Gráfico 9).

**Gráfico 8. Tipo de casamento**



**Gráfico 9. Motivo da opção pelo casamento**



**Legenda:**

- Devido a determinadas **vantagens** (IRS...);
- As **famílias** ficariam decepcionadas se decidíssemos simplesmente viver juntos;
- Depois de namorar, o casamento é a **etapa** que naturalmente se segue;
- Vivíamos juntos e casámos quando tivemos alguma **estabilidade profissional**;
- Vivíamos juntos e casámos quando reunimos **condições financeiras**;
- Vivíamos juntos e achámos que podíamos **consolidar** a relação casando;
- Eu não me importava de viver em união de facto, mas **para o cônjuge era importante** casar;
- O casamento é a forma de um relacionamento atingir o grau máximo de

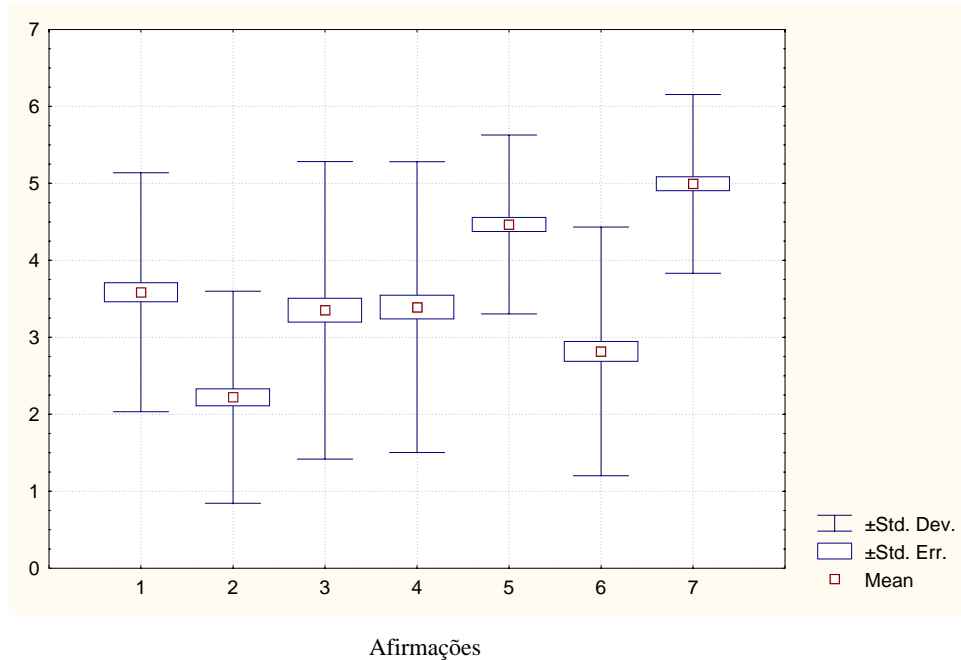
Observemos agora a posição dos inquiridos, numa escala de 1 (mínimo de concordância) a 6 (máximo de concordância), quando confrontados com algumas afirmações relativamente ao casamento (cf. Gráfico 10).

Relativamente às percepções dos constrangimentos objectivos (situação profissional e financeira) actuando sobre o momento de realização do casamento, parece-nos existir uma tendência, no conjunto da amostra, para celebrar o casamento quando está atingida alguma estabilidade profissional (afirmação 3: média de 3,35) ou financeira (afirmação 4: média de 3,39). Reforça-se a ideia de que, mais do que uma alteração significativa dos padrões de entrada

na conjugalidade, estamos perante um retardamento dos acontecimentos nas biografias pessoais, por efeito da instabilidade inicial das trajectórias profissionais. É também interessante o facto das afirmações 3 e 4 obterem scores quase idênticos, indicando que a segurança profissional e a segurança financeira estão inter-relacionadas e que, do ponto de vista dos sujeitos, possivelmente significam a mesma coisa. Não obstante, é preciso esclarecer que as médias obtidas nestas duas afirmações ocultam aquilo que nos histogramas de frequências (que optamos por não apresentar aqui, por motivos de espaço) é bastante claro, e que também se depreende dos respectivos desvios-padrão: as opiniões dos diplomados estão bastante polarizadas, o que significa que eles ou concordam plenamente ou discordam totalmente das afirmações 3 e 4. Obviamente, existem diferenciações internas na amostra – e, tal como verificamos na análise do estado civil, parece-nos que a pertença a fileiras de formação diferentes será uma variável importante – que devem e vão ser exploradas, ainda que não no contexto desta comunicação.

A afirmação que atinge a média mais alta entre os indivíduos – 4,99 – é a de que “nas decisões profissionais (mudar de emprego, fazer viagens) a opinião do cônjuge é fundamental”. É aqui nítida a importância dada à tomada conjunta de decisões no casal, o que pode sugerir uma subordinação dos interesses pessoais aos interesses familiares, ainda mais quando constatamos que a média atingida pela frase “nas decisões profissionais (mudar de emprego, fazer viagens), o principal é ponderar os prós/contras para a minha carreira; a família só tem a beneficiar se eu melhorar profissionalmente” é das mais baixas: 2,81.

### Gráfico 10. Posição dos inquiridos face a alguns aspectos do casamento



#### Legenda:

1. A actividade profissional deixa-me pouco tempo para estar em família
2. O tempo gasto com a casa/os filhos entrava a minha progressão profissional
3. Casei-me quando a minha situação profissional estabilizou
4. Casei-me quando a minha situação financeira estabilizou
5. Consigo conciliar as exigências da actividade profissional e da vida familiar
6. Nas decisões profissionais (mudar de emprego, fazer viagens), o principal é ponderar os prós/contras para a minha carreira; a família só tem a beneficiar se eu melhorar profissionalmente
7. Nas decisões profissionais (mudar de emprego, fazer viagens) a opinião do meu cônjuge é fundamental

A consideração de que “o tempo gasto com a casa/os filhos entrava a progressão profissional”, ao apresentar uma média de 2,22, poderia corroborar a perspectiva segundo a qual, no quotidiano, a vida familiar vem em primeiro plano relativamente ao trabalho



profissional (a carreira profissional não seria afectada na medida em que as ambições a esse nível também seriam limitadas, subordinadas à importância do bem estar doméstico), mas a interpretação pode ser também a de que o tempo gasto com tarefas domésticas ou crianças é realmente conciliável com os tempos de trabalho, não constituindo impedimento ao sucesso profissional. E efectivamente, os diplomados da nossa amostra manifestam alguma facilidade em “conciliar as exigências da actividade profissional e da vida familiar”, já que a média de concordância com tal afirmação atinge a média de 4,46, apesar de, concomitantemente, considerarem que “a actividade profissional deixa pouco tempo para estar em família” (3,58).

Mais uma vez, chama-se a atenção para o carácter exploratório dos dados apresentados e para a necessidade de serem cruzados com uma bateria de variáveis como o género, a área de formação, a origem social e cultural, indicadores dos percursos profissionais, entre outros.

### 3. Nota conclusiva

Não obstante as reservas colocadas, parece desenhar-se na amostra de indivíduos analisada, ou pelo menos em parte dela, uma tendência para a adopção de práticas ritualizadas, reprodutoras dos comportamentos das gerações anteriores (predominância do casamento sobre a união de facto, grande representatividade do casamento religioso, uma aparente sobreposição da importância da família sobre os interesses individuais), retardadas no trajecto de vida por efeito da escolarização prolongada e das dificuldades da inserção profissional. E este último traço parece ser, para já, o único elo de ligação ao conceito de individualização que propusemos inicialmente! Adoptar como referencial teórico as teses da individualização exige alguns cuidados, principalmente por terem sido equacionadas para sociedades, como as nórdicas, apresentando padrões de transição para a vida adulta bastante diferenciados daqueles que caracterizam a sociedade portuguesa (basta pensarmos no período bastante prolongado de coabitação dos jovens portugueses com a família de origem). A interpretação das práticas de conjugalidade dos nossos inquiridos deve, por conseguinte, articular as tendências para a individualização com outros factores específicos da nossa cultura e da nossa organização social e política.

---

### Bibliografia referenciada:

- Bauman, Z. (2001), **The Individualised Society**, Cambridge, Polity Press.
- Beck, U. (1992), **Risk Society, Towards a New Modernity**, Londres, Sage.
- Beck, U. (1994), “The reinvention of politics: towards a theory of reflexive modernization”, in Beck, Ulrich, Anthony Giddens e Scott Lash, **Reflexive Modernization. Politics, Tradition and Aesthetics in the Modern Social Order**, Cambridge, Polity Press.
- Giddens, A. (1991) **Modernity and Self-Identity. Self and Society in the Late Modern Age**, Cambridge, Polity Press.
- Giddens, A. (1994), “Living in a post-traditional society”, in Beck, Ulrich, Anthony Giddens e Scott Lash, **Reflexive Modernization. Politics, Tradition and Aesthetics in the Modern Social Order**, Cambridge, Polity Press.
- Leite, S. (2003), “A união de facto em Portugal”, **Revista de Estudos Demográficos**, nº 33, Lisboa, INE
- Mauger, R. (1998) “Jeunesse, insertion et condition juvenile”, in Charlot, Bernard e Dominique Glasman, **Les Jeunes, L’Insertion, L’Emploi**, Paris, PUF.